



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO - UNiVS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

MAIRLA OLIVEIRA NOGUEIRA

**A INCLUSÃO E DIFERENTES SEGMENTOS EDUCACIONAIS SOCIAIS: UMA
REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA.**

ICÓ – CEARÁ
2023

MAIRLA OLIVEIRA NOGUEIRA

**A INCLUSÃO E DIFERENTES SEGMENTOS EDUCACIONAIS SOCIAIS: UMA
REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à disciplina (TCC II) do curso de licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Vale Do Salgado (UNIVS) a ser apresentado como requisito para obtenção de nota.

Orientador: Prof.^a Me. Erika Suyanne Sousa
Silva

**A INCLUSÃO E DIFERENTES SEGMENTOS EDUCACIONAIS SOCIAIS: UMA
REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à disciplina de TCC II do curso de licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS) a ser apresentado como requisito para obtenção de nota.

Aprovado em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Me. Erika Suyanne Sousa Silva
Centro Universitário Vale do Salgado
Orientadora

Prof. Me. Naildo Santos Silva
Centro Universitário Vale do Salgado
1º examinador

Prof. Esp. Maria Socorro Silva
Centro Universitário Vale do Salgado
2º examinador

RESUMO

Muito tem se debatido sobre a temática Educação Inclusiva. O objetivo desse trabalho é refletir sobre os paradigmas da inclusão ao longo da história e as concepções educacionais e sociais das Pessoas com Deficiência. O estudo possui abordagem qualitativa, cunho bibliográfico e trata-se de uma revisão de literatura. Retratar sobre inclusão é sempre desafiante, mas para entender melhor o discurso atual da inclusão e seus aspectos, é preciso retornar no tempo para compreender o processo histórico. Ao fazer esse balanço histórico sobre como se deu o processo de evolução da Educação Especial no Brasil podemos avaliar, de fato, os ganhos que essas leis e políticas trouxeram para a educação inclusiva. Desta forma, na perspectiva da Educação Inclusiva, o Brasil tem como objetivo ampliar a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular, especialmente daqueles grupos sociais historicamente excluídos da escola, como as pessoas com deficiência, através de uma abordagem humanística e democrática.

Palavras-Chave: História; Educação Inclusiva; Pessoas com Deficiência.

ABSTRACT

Much has been debated on the issue of Inclusive Education. The objective of this work is to reflect on the paradigms of inclusion throughout history and the educational and social conceptions of People with Disabilities. The study has a qualitative approach, bibliographic nature and it is a literature review. Portraying inclusion is always challenging, but to better understand the current discourse on inclusion and its aspects, it is necessary to go back in time to understand the historical process. By making this historical balance about how the process of evolution of Special Education in Brazil took place, we can actually assess the gains that these laws and policies have brought to inclusive education. Thus, from the perspective of Inclusive Education, Brazil aims to increase the participation of all students in regular education establishments, especially those social groups historically excluded from school, such as people with disabilities, through a humanistic and democratic approach.

Keywords: History; Inclusive education; Disabled people.

1. INTRODUÇÃO

Muito tem se debatido sobre a temática Educação Inclusiva, e esses debates são gerados devido aos desafios que a mesma apresenta, no intuito de que todas as unidades escolares tenham um sistema educacional inclusivo, onde se respeite a diversidade como direito do ser humano esse debate tem se qualificado, em grande medida, a partir do movimento que levou o Brasil a ter papel ativo na construção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e que culminou em sua promulgação como texto constitucional.

Ainda assim, mesmo com a modernização nas leis que garantiram avanço na garantia de direitos, as Pessoas com Deficiência (PCDS) ainda lidam com uma série de desafios para se incluírem nos espaços públicos e privados, pois o processo de escolarização por muito tempo foi privilégio de poucos.

De acordo com (FACION & MATOS, 2009) esse processo das pessoas com deficiência foi marcado pela segregação, sofrendo ajustes e direcionamentos. Segundo os autores citados acima, esse processo teve início na França, com a fundação de instituições especializadas para educação de surdos e cegos.

No Brasil, a inclusão é garantida por leis e documentos oficiais, que defendem a criação e execução de políticas públicas para uma educação inclusiva, numa tentativa de diminuir os efeitos da exclusão e atender à nova ordem vigente, que é a de ensinar a todos, sem distinção (ALMEIDA et al., 2007).

A Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, em seu capítulo V, traz a educação especial, como uma modalidade de educação escolar, sendo oferecida preferencialmente pelo ensino regular, para pessoas com deficiência, oferecendo quando necessário serviço de apoio especializado, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial, sendo dever constitucional do Estado, oferecer educação especial (BRASIL, 1996).

É primordial entendermos que o modelo da educação inclusiva é a expressão da democratização escolar e aceitação das diferenças. Não como obstáculo, e sim como características de todo ser humano individualmente. Porém, a aproximação do ensino regular ao especial é historicamente complexa, necessitando ser continuamente investigada.

O interesse em pesquisar sobre essa temática surge diante da necessidade de estudar a inclusão para propor mudanças na sociedade, começando pela educação, para torná-la possível e acolher todas as pessoas. Para isto, o sistema deve adaptar-se as necessidades educacionais especiais dos alunos através de uma educação de qualidade, oferecendo um atendimento que contemple suas necessidades e especificidades. De acordo com Lima (2006) “A inclusão exige medidas mais afirmativas para adequar as escolas a todos os alunos, inclusive os que apresentam necessidades especiais” (LIMA, 2006, p. 24).

Como se vê, é necessário refletir o que seja inclusão, a quem se destina e onde ela deve ocorrer, para que possamos fazer um novo olhar sobre o assunto. Qualquer que seja nosso ponto de vista pessoal sobre esses questionamentos, é necessário conhecer as concepções que norteiam essas políticas educacionais, uma vez que esse posicionamento determina as formas de organização do sistema educacional, definindo prioridades e estabelecendo critérios para a constituição de redes de apoio educacional aos alunos, aos professores e às famílias.

Neste sentido, buscou-se preencher algumas lacunas sobre esta temática que ainda não se encontram consolidadas na literatura, como: **Que dificuldades foram enfrentadas pelas pessoas com deficiência (PCDS) no processo de inclusão educacional e social?** Com isso, o presente estudo tem como objetivo geral: **Refletir sobre os paradigmas da educação inclusiva ao longo da história e as concepções educacionais e sociais das Pessoas com Deficiência.**

2. METODOLOGIA

O estudo possui abordagem qualitativa, cunho bibliográfico e trata-se de uma revisão de literatura. A abordagem qualitativa tem como foco o caráter subjetivo do objeto analisado, permitindo compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas. Parte do fundamento que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva, entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (SILVA *et al.*, 2018).

Também se trata de uma pesquisa bibliográfica que utiliza fontes constituídas por material já elaborado, ou seja, sobre material escrito que já foi publicado, constituído basicamente por livros e artigos científicos (FERENHOF; FERNANDES, 2016). Colaborando com os autores logo acima citados, Marconi & Lakatos (2003) afirmam que as estratégias de busca pelos estudos não se esgotará as fontes de informações, serão livres.

Sendo uma Revisão Narrativa da Literatura, foram utilizados para busca da pesquisa, livros, revistas, jornais, artigos e outras fontes de publicações impressas ou virtuais que tematizaram o objetivo proposto e que serviram de base para essa revisão.

Primeiro foi realizado o levantamento dos artigos na literatura no período de março e abril de 2023. Foram determinados os seguintes descritores para facilitar a busca: educação inclusiva, histórico e segmentos. Sobre os critérios de inclusão/exclusão, nessa pesquisa narrativa não se utiliza critérios sistemáticos para busca e análise crítica da literatura, pois a busca não se esgotou a fontes de informações, sendo essas livres. Não se aplicou também estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações estão sujeitas à subjetividade dos autores. Para refinar a busca, foram utilizados apenas textos em português, selecionados para uma leitura prévia, onde foram excluídos aqueles que não atenderam à temática.

Após a seleção, foram analisados minuciosamente de acordo com o ponto de vista dos autores, ou seja, através de uma análise crítica de estudo, sendo montados pequenos resumos sobre cada trabalho escolhido sobre a temática. A discussão ocorreu por meio de uma categoria criada para expor resultados obtidos através das leituras e resumos dos trabalhos.

3. DISCUSSÃO

Contexto histórico da inclusão e diferentes segmentos educacionais e sociais.

Retratar sobre inclusão é sempre desafiante, mas para entender melhor o discurso atual da inclusão e seus aspectos, é preciso retornar no tempo para compreender o processo histórico da Pessoa com Deficiência (PCD), que percorre pela educação especial até chegar ao movimento da Educação Inclusiva.

Desde modo, conforme Blanco (2003), nesse processo, podemos fragmentar o tratamento dado às Pessoas com Deficiência em quatro fases diferentes,

A primeira delas corresponde ao período anterior ao século XIX, chamada de “fase da exclusão”, na qual a maioria das pessoas com deficiência e outras condições excepcionais era tida como indigna da educação escolar. Nas sociedades antigas era normal o infanticídio, quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a Idade Média a Igreja condenou tais atos, mas por outro lado, acalentou a ideia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas, explicando-as

como punição, em decorrência de pecados cometidos. Assim, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram escondidas ou sacrificadas (BLANCO 2003, p. 72).

Desde a pré-história, indivíduos com problemas intelectuais eram repudiados pela sociedade e desprezados pela família. Na Antiguidade, presumia-se que estas pessoas eram regidas pelo demônio. E na Idade Média ocorreu o período de escuridão para a ciência, neste instante, o indivíduo que não fosse “normal” poderia ser visto como demônio ou visto um profeta em incorporação (SOUSA, 2006).

Já no Renascimento foi reputado o processo de transformação da mentalidade, no qual ficou compreendida outra concepção de anormalidade (SOUZA, 2006). Desde então, com os avanços da Medicina, surgiu à noção patológica que está ligada ao conceito dos dias atuais, evidenciando o início de um novo tratamento.

No século XVII, os deficientes, principalmente os com deficiência mental, eram totalmente segregados, internados em orfanatos, manicômios e outros tipos de instituições estatais. Esses internatos acolhiam uma diversidade de sujeitos com patologias distintas, alguns deficientes, outros doentes (AMARAL, 2001, p. 32).

Esta fase ficou designada como fase da exclusão, porque qualquer pessoa que não tivesse no padrão de comportamento e de desenvolvimento instaurado pela sociedade era totalmente enjeitada.

Com o final do século XVIII e início do século XIX, revelou-se a segunda fase, e nela surgiram instituições especializadas no tratamento para Pessoas com Deficiências. Consta-se então ter surgido nesse período à educação especial (AMARAL, 2001).

Durante muito tempo, o processo de escolarização era privilégio de poucos. De acordo com (FACION & MATOS, 2009) o processo de escolarização das pessoas com necessidades especiais foi marcado pela segregação, sofrendo ajustes e direcionamentos. Segundo os autores citados acima, esse processo teve início na França, com a fundação de instituições especializadas para educação de surdos e cegos. Ainda os mesmos autores colocam que, Pestalozzi é considerado o percussor da democratização do ensino as pessoas com necessidades especiais, pois ele buscou demonstrar que embora essas pessoas apresentassem características físicas distintas, elas apresentavam condições de aprender.

Segundo Minetto (2010, p. 46) a luta pela inserção e normalização das pessoas com necessidades especiais fortaleceu-se no século XX através do movimento denominado de

“Paradigma da Integração”, que defendia o direito do aluno com necessidades educacionais especiais (ANEE) se matricular na escola regular. Devendo estes adaptarem-se ao ambiente escolar através de esforços próprios. Ou seja, o sistema de ensino e a escola não tinham responsabilidade nenhuma de adequar-se às necessidades dos alunos. O ambiente e a metodologia utilizada permaneciam inalterados, sendo que os alunos com necessidades especiais deveriam através de seus esforços superar todos os obstáculos.

A luta por direitos das crianças com deficiência perdura há algumas décadas, e até o início da década de 60 não havia ainda uma legislação que defendesse e apoiasse a educação inclusiva no Brasil, para que de fato essas crianças começassem usufruir daquilo que a nossa atual Constituição Federal (1988) propõe sobre igualdade e direitos de cada um e também sobre promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

No ano de 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº4024 apresenta um capítulo destinado à educação dos excepcionais onde afirmava os direitos da criança especial determinando que estes deveriam e possuíam o direito de serem incorporados na sociedade. Garante também, que a educação fosse apresentada em seu sistema geral de ensino, se isso não fosse capaz em virtude de algumas deficiências, a educação teria que ser cedida em sistema específico (MAZZOTA 2011).

Em 1971, surge a Lei 5.692 e, seu artigo 9º prever “tratamento especial aos excepcionais” e assegura que as crianças com deficiência física ou mental têm de ser tratadas fisicamente, e não só o cognitivo. Nos anos 70 ainda, efetuou-se o marco da Educação Especial, já que os profissionais da área passaram a ter formação acadêmica, assim possibilitando a descoberta de novas metodologias e informações com respeito às deficiências (MAZZOTTA 2011).

Em 1972 o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 07/72, orientava a fim de que ocorresse a capacitação de pessoal, ampliação física nas escolas para melhor atender a clientela, dessa forma já estava bem claro de que as crianças com necessidades especiais têm a capacidade de compreender e de se desenvolver.

O abono do Parecer nº848/72 do Conselho Federal de Educação continha uma solicitação do Ministro da Educação e Cultura para que fosse disponibilizado subsídios para o equacionamento do problema com a educação dos excepcionais. Anexado com essa solicitação estava uma carta do Presidente da Federação Nacional das APAEs, Dr. Justino Alves Pereira, pedindo a adoção de medidas urgentes para que também o campo do ensino e amparo ao

excepcional fosse dinamizado numa hora em que todos os outros setores educacionais são reformulados e acionados (MAZZOTTA, 2011).

Em 1973 o MEC funda o CENESP - Centro Nacional de Educação Especial, que foi responsável por incentivar diversos atos com finalidades educativas, atribuindo assim visibilidade e espaço para que a inclusão criasse forças e começasse a acontecer.

No ano 1978, regularizaram algumas diretrizes e organizadamente com alguns objetivos, como, crescimento de oportunidades em serviços médicos e psicológicos e também educacionais, visto que o atendimento ofertado ainda não alcançava a maioria, que de verdade carecia de atendimento. O intuito no momento era que essas crianças comesçassem a ter diagnósticos de suas deficiências e limitações, para que os profissionais encontrassem a maneira ideal de se trabalhar, e uma vez feito o diagnóstico seria muito mais fácil direcionar e ajudar.

Em 1986 o CENESP/MEC compreende a necessidade de se elaborar algumas normas a fim de que a educação especial detivesse apoio não só técnico, mas financeiro, conseguindo assim investir na busca por desenvolvimento e alcançar uma clientela maior ainda. No mesmo ano no mês de novembro, o CENESP torna-se Secretaria de Educação Especial (SESPE), um órgão com superioridade na tomada de decisões.

A partir desses resultados, surge um documento legal que teve grande relevância, que ajuda a assegurar o direito de todos à educação, foi a Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como tem em si a importância da inclusão e os direitos dos portadores de necessidades especiais. Ele certifica que toda criança com necessidades especiais tem direito a assistência e medicamento no momento em que for necessário, da mesma forma atendimento educacional nas redes regulares de ensino. E que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Uma ação também muito marcante foi a Declaração de Salamanca em 1994. Nela está especificado que toda criança tem garantia a educação e pleno desenvolvimento. Foi a partir dessa Declaração que o país implantou políticas determinando a inclusão, já que a mesma não se tratava mais de um movimento e sim da construção da realidade.

Em 1996, foi decretada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9394, que determina em seus artigos tudo que foi posto na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, e nas legislações que tratam da Educação Especial, como modalidade da

Educação Básica e em seu art. 4º diz que o compromisso do Estado com educação escolar pública torna-se efetivo através da garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (LDBEN, Lei nº 9394/1996)

No ano de 1999, foi instaurado o Decreto nº 3.298, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. Esse decreto enfatiza a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

O ano de 2001 foi marcado por grandes ênfases, como o Parecer CME/CEB nº 17 que determina as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e a Resolução CNE/CEB nº 2 que define também as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial. No mesmo ano surgindo o Plano Nacional de Educação – PNE que destacou o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. A escola deve estar preparada para aceitar os alunos inclusivos, que se esforce e que de verdade pretenda fazer a inclusão acontecer (MEC, 2001).

No ano de 2002, na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002 estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, devendo esta ser parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. Em relação ao Braille em classes, houve a portaria nº 2.678/02 do MEC que aprova normas para o uso, o ensino, a difusão do Braille em todas as modalidades de Educação.

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, garantindo o acesso de todos a escolarização, a oferta do atendimento

educacional especializado e a garantia da acessibilidade, promovendo a formação de professores para atuar na disseminação da Educação Inclusiva.

Mais adiante, em 2011, por intermédio do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, ao dispor sobre a Educação Especial, o atendimento especializado dá outras providências. Esse decreto, em seu artigo 1º diz: O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - Garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - Aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - Não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV - Garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - Oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - Adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII - Oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; VIII - Apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial (Decreto nº 7.611/2011).

Por ação deste decreto, todos os benefícios e garantias das pessoas com deficiências encontram-se amparados, continuando agora a critério dos sistemas de ensino desempenhar com o que consta nesse decreto.

No dia 6 de julho de 2015, institui-se a Lei No 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Essa compreensão histórica de lutas conduz o debate sobre os rumos da Educação Especial no Brasil atualmente, tornando-se conhecimento fundamental para a construção de políticas de formação docente, financiamento e gestão escolar, a fim de assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os estudantes, concebendo a escola como um espaço que reconhece e valoriza as diferenças.

O respeito à diversidade precisa ser efetivado no respeito às diferenças, impulsionando ações de cidadania voltadas ao reconhecimento de sujeitos de direitos, simplesmente por serem seres humanos. Pautar as políticas afirmativas de respeito à diversidade, voltadas para a

construção de contextos sociais inclusivos, se faz necessário. A equiparação de oportunidades, direitos e deveres, para que todas as pessoas tenham condições de vida e chance de realizar seus projetos como parte do exercício de sua cidadania e em respeito à sua identidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer esse balanço histórico sobre como se deu o processo de evolução da Educação Especial no Brasil podemos avaliar, de fato, os ganhos que essas leis e políticas trouxeram para a educação inclusiva, analisando assim os marcos históricos em busca de elementos para a construção de um quadro referencial acerca da Educação Inclusiva no Brasil a partir da década 90 até a contemporaneidade, evitando assim que os erros de outrora cometidos não voltem a se repetir.

Seguimos até o atual momento tendo ganhos nessa área, não sem lutas, mas sempre avançando para que mais pessoas com deficiências físicas e intelectuais tenha direitos iguais para aprender e se desenvolver, pois a inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado, pelos mais diferentes segmentos educacionais sociais.

No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que o direito de todos à educação. É importante ressaltar que a luta por uma educação de qualidade para as pessoas com necessidades especiais deve estar centrada nos encaminhamentos políticos que são dados a Educação como um todo, pois compreendemos que as políticas de inclusão constituem além de um grande desafio para o século XXI uma oportunidade para a construção de outro mundo mais humano e mais justo, no qual todos possam viver em harmonia e de modo sustentável.

Desta forma, na perspectiva da Educação Inclusiva, o Brasil tem como objetivo ampliar a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular, especialmente daqueles grupos sociais historicamente excluídos da escola, como as pessoas com deficiência, através de uma abordagem humanística e democrática, que perceba o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. B. et al. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. Educação (UFSM), Santa Maria, v.32, n.1, p.327-342, 2007.

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2001.

ARAÚJO, P. F. **Desporto adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade**: Implicações educativas. Foz do Iguaçu: 2003.

BRASIL- **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05/10/1998. Senado Federal,1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares - estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEF/SEESP,1999.

BRASIL. **Lei n° 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. [da] 185° da Independência e 108° da República, Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei n° 13.146, de 6 julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, jul. 2015.

BRASIL, **Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Autista** e altera o artigo 3° de 98 da lei 8.112, de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/salamanca.pdf>>.

CARLON, S. L. et al. Differences in habitual physical activity levels of young people with cerebral palsy and their typically developing peers: a systematic review. **Disability and Rehabilitation**. p.1-9 2012.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Sobre os Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 10 jun. 1994.

FACION, José Raimundo (org). MATOS, Carmem Lúcia Guimarães (et al.) **Inclusão Escolar e Suas Implicações**.2. Ed. Ver. Ampl. Curitiba: Ibepex, 2009

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SFF, **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, SC, v.21, n.3, p.550-563, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREGUOL, M. Atividades físicas e esportivas e pessoas com deficiência. In: BOLZON, A.; GONZALEZ, J.; VELASCO, A.; OLIVEIRA, A. P. de; MANOEL, E. D. J.; IMPOLCETTO, F. M.; ...; DANTAS, L. E. P. B. T. **Movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas.** Relatório De Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD. Brasília, 2017. p.16-375.

GROLLMUS, Nicholas S.; TARRÈS, Joan P. **Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación.** Fórum Qualitative Social Research, v. 16, n. 2, mayo 2015.

KERN, L. et al. The effects of physical exercise on selfstimulation and appropriate responding in autistic children. **J Autism Dev Disord.**, v. 12, n. 4, p. 399- 419, 1982.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Diário Oficial da União, de 24 de abril de 2002.

LIMA, Priscila Augusta, 1957. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercampo, 2006

meloLI, R. et al. Correlates of physical activity in children and adolescents with physical disabilities: a systematic review. **Preventive Medicine.** v.89, p.184-193, 2016.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A integração de pessoas com deficiências.** São Paulo Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer? 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas.** 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MERLLETI, C. **Autismo em causa: histórico diagnóstico dos pais, prática clínica e narrativas.** Psicologia USP. v.29. n.1. p.146-151. 2018.

MINETTO, Maria de Fátima Joaquim ET ALL./Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais. / Maria de Fátima Joaquim Minetto ET ALL – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo.** Londrina: Midiograf, 2006.

NAHAS, M. V.; GARCIA, L. M. T. Um pouco de história, desenvolvimentos recentes e perspectivas para a pesquisa em atividade física e saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte,** São Paulo, v. 24, n. 1, p. 135-48, 2010.

OBSERVACION Y PRACTICA DOCENTE. 2010. Disponível em:<
<https://observacionypracticadocente.wordpress.com/2010/12/04/seleccion-deparrafoscomorelatar-una-experiencia-pedagogica/>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

PEZZUOL, M. L. M. Contribuições da educação física escolar na inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) no ensino público regular do estado de São Paulo—um estudo de caso. **Revista Acadêmica - Ensino de Ciências e Tecnologias**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2016.

SERON, B. B.; ARRUDA, G. A.; GREGUOL, M. Facilitadores e barreiras percebidas para a prática de atividade física por pessoas com deficiência motora. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**. v.37, n.3, p.214-221, 2015.

SILVA, R. M. *et al.* **ESTUDOS QUALITATIVOS: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações**, Sobral- Ce: Edições UVA, 2018.

SOARES, C. A.; HALLAL, P. Interdependência entre a participação em aulas de Educação Física e níveis de atividade física de jovens brasileiros: estudo ecológico. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 20, n. 6, p. 588-588, 2015.

SOUSA, A. A.; TEIXEIRA-ARROYO, C. Benefícios do exercício físico na paralisia cerebral: uma revisão crítica. **Revista Fafibe On-Line Centro Universitário UNIFAFIBE**, ano V, n.5, Bebedouro/SP, nov./2012. ISSN 1808-6993.

SOUZA, J. P. de. **A Educação Física no contexto inclusivo: análise do curso de capacitação de professores multiplicadores em Educação Física Adaptada**. Campo Grande, 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Católica Dom Bosco 2006.

WHO – World Health Organization. **Global action plan on physical activity 2018 – 2030: more active people for healthier world**. Geneva: World Health Organization, 2018.

XU, W.; YAO, J.; LIU, W. Intervention effect of sensory integration training on the behaviors and quality of life of children with autism. **Psychiatria Danubina**, v. 31, n. 3, p. 340-346, 2019. Disponível em: https://hrcak.srce.hr/index.php?show=clanak&id_clana_k_jezik=341914.

ZWIER, N. et al. Physical activity in young children with cerebral palsy. **Disability and Rehabilitation**. p.1-8 2010.